

O Futuro da Globalização Econômica e o Amazonas II

Nilson Pimentel (*)

03/2/2017

Quando os especialistas analisam o passado recente do Estado do Amazonas, em termos da Economia Regional, o fazem por reflexões sobre dados estatísticos ou por retrospectiva, que pode ser descrito sem parcimônia sobre os fatos ocorridos e as ausências incorridas.

Contudo, no futuro esse intervalo de tempo será observado como fundamental para o debate sobre o que o Amazonas perdeu em relação ao Desenvolvimento Econômico Regional e as demais perdas para reestruturação dos antigos paradigmas das economias municipais estagnadas e das formas de gestão pública sem os fundamentos da nova governança pública que se exige dos governantes atuais.

Quando se discute sobre o comprometimento com futuro, os profissionais do Clube de Economia da Amazônia (CEA), sempre tem colocado o papel dos Governos, Estadual e Federal, no cerne das questões, principalmente nesse amargor de uma crise econômica brasileira que penaliza aqueles membros de menor poder econômico de desenvolvimento, como são os estados da Amazônia Ocidental e seus municípios, como raríssimas exceções segmentadas.

No caso do Amazonas, ressaltando que tratar sobre os penosos problemas que os Municípios enfrentam há tempos, não apenas dos baixíssimos ou nulos níveis de desenvolvimento econômico regional, mas de elevados níveis de desigualdades e pobreza, que afavelizam as sedes municipais e as tornam um caos de desorganização urbana provocada por invasões em geral.

No entender daqueles, os políticos eleitos devem acerca-se de gestores das áreas profissionais, não de cabos eleitorais nem de outros políticos não eleitos, de forma que tenham possibilidades de lutar para as soluções dos problemas, não somente dos serviços públicos sociais de ordem compulsória da gestão pública, como serviços de saúde, serviços de educação, serviços de coleta de resíduos sólidos, serviços de segurança pública, serviços da ordem urbana, como estruturação e fiscalização de feiras e mercados, de serviços de engenharia urbana (asfaltamento de ruas, tapa buracos, captação e tratamento de água, fornecimento de eletricidade, etc), apoio das manifestações socioculturais, serviços de estruturação voltados aos incentivos das atividades econômicas como o comércio, a indústria e serviços, e os demais espécies de função da gestão pública, mas projetar e objetivar metas a serem alcançadas nos processos do desenvolvimento econômico regional, de forma a reestruturação de regaste das economias municipais da estagnação econômica.

No entanto, a implementação de políticas públicas diversas deve lastrear essa função própria da gestão pública que possam delinear os caminhos que se quer trilhar, pois se a gestão pública não souber ou não ter identificado os objetivos e metas aonde se quer chegar ou atingir, quaisquer formas de administrar ou com as ultrapassadas formas de gestão, servem.

Outro fator importante a ser observado nesses tempos de incerteza para a Economia Mundial são reestruturações que devem ser adotadas para que se objetive a solução de problemas socioeconômicos que atinge toda a sociedade, por vias do desenvolvimento econômico regional local de forma sustentável, de modo que se equacione um *modus operandi* de explorar as riquezas naturais regionais, de forma não deteriorante, não predatória, com racionalidade em benefício do homem do *hinterland*, tão necessárias à minimização da pobreza e da distribuição de renda, por intermédio da criação de atividades econômicas e com respectivos postos de trabalho.

Ressaltando que tem sido comprovado que mesmo onde os incentivos atingem alguns objetivos econômicos, tal como aumento do emprego e da renda, eles deixam de garantir o objetivo fundamental de criar uma capacidade competitiva nas sub-regiões amazonense.

Sempre os economistas discutem que os incentivos governamentais possuem eficácia limitada, pois há estudos que comprovam que possuem limite como mecanismos de gestão pública para efeitos do desenvolvimento econômico regional, mesmo assim, governos continuam insistindo na mesma forma, justificando como política com o pretexto de que investimentos devem ser direcionados para as regiões mais estagnadas e que devem ser restabelecidas.

Como se tem estagnação econômica em todas as sub-regiões amazonense, e não existem recursos para que se implemente programas e projetos em todos os outros 61 Municípios, haverá de se buscar outras formas de parcerias para alavancar o desenvolvimento econômico regional, principalmente com atração de investimentos produtivos estrangeiros, tendo no mote, no que nesse momento se abre com as mensagens de líderes no Fórum Econômico Mundial e do novo Presidente Americano, abrindo flancos para produtos, tipo commodities naturais, como as de origem amazônicas.

Na incerteza, não se sabe se a globalização vai expandir ou não nos próximos 20 anos, como visto e assistido em DAVOS, a proteção do mercado nacional e imposição de barreiras alfandegárias determinadas por países são alguns problemas que os outros enfrentarão no futuro.

Contudo, há oportunidades na economia mundial para que se busquem outras formas de parcerias que tenham lastro em projetos de desenvolvimento econômico em regiões suscetíveis de potenciais econômicos, como o apelo amazônico.

Também, o que se tem discutido com mais frequência é sobre o problema da pobreza e da desigualdade entre as sub-regiões do Amazonas, uma parte caracterizado por potenciais naturais existentes (a mesma forma de cultivo, a mesma forma de fazer farinha, criações de subsistência precária, pesca extrativista predatória, coletivismos primário, etc, nada se muda, nada se altera, economicamente de formar a se criar outros círculos de atividades econômicas, e ninguém faz nada, nem prefeitos, nem governador, e se fica à própria sorte) que tem caracterizado as atividades econômicas de cada município e suas relações com os demais da mesma sub-região, sem que haja sinergia entre essas atividades estanques, tradicionais, que não se alteram e nem contribuem para criar riquezas no município.

Por outro lado, sempre que se abordam essas questões, pobreza e desigualdade, e principalmente a pobreza possui pelo menos três focos:

- a) a pobreza nas áreas rurais, quando comparado com uma riqueza relativa na área urbana;
- b) a pobreza e a desigualdade dentro das cidades, principalmente nas cidades-sedes municipais e na capital Manaus, quando uma parte da população desfruta de elevados níveis de renda enquanto a outra parte vive na miséria e em condições sociais ruins;
- c) a desigualdade entre as sub-regiões, onde algumas sedes municipais, até desfrutam de um nível de renda média “relativamente elevado” e uma ‘concentração de atividade econômica’, enquanto outras, padecem de pobreza e desemprego.

Essa é uma realidade amazonense de pobreza e desigualdade que coexistem nos Municípios do Amazonas.

O cerne dessa problemática possui outros encaminhamentos de soluções, a começar com o planejar de uma política de desenvolvimento econômico regional que objetive minimizar a desigualdade e a pobreza, entre as nove sub-regiões do Amazonas.

(*) Economista (UFAM), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia (UNINI-Mx), Consultor Empresarial, Pesquisador e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.

